



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva das empilhadeiras elétricas utilizadas para a movimentação de paletes no depósito multiuso do TRESC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

As manutenções preventivas e corretivas são necessárias para que os equipamentos não tenham a sua utilização descontinuada em razão de problemas ou defeitos que venham a impedir o seu funcionamento regular. No projeto em tela, busca-se evitar intercorrências e/ou a interrupção da atividade de movimentação de paletes.

Assim, os equipamentos elétricos em condições de uso irão permitir a descarga de materiais e a organização interna dos bens de consumo armazenados no Almoxarifado, bem como a movimentação das urnas eletrônicas entre as estantes e bancadas de trabalho.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Objetiva-se a regularidade e segurança da operação das empilhadeiras elétricas, propiciando o seu pleno funcionamento, de acordo com as recomendações técnicas de manutenção exigidas pelo fabricante.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">• OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais• OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral• Organizar os pleitos eleitorais (eleições, plebiscitos e referendos)• Garantir infraestrutura e logística adequadas para prestação dos serviços à Sociedade

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram inseridos no PAE n. 31.803/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda a ser contratada corresponde à demanda prevista e contempla o serviço de manutenção preventiva e corretiva para conservação e funcionamento de 2 (duas) empilhadeiras elétricas utilizadas no depósito multiuso do TRE/SC, localizado no município de Palhoça, SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Serviço de manutenção preventiva para os dois equipamentos	Um serviço a cada trimestre (4 anuais)	Um serviço a cada trimestre (4 anuais)
2	Serviço de manutenção corretiva para os dois equipamentos	Uma hora de serviço por trimestre (4h anuais)	Uma hora de serviço por trimestre (4h anuais)

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em duas empilhadeiras elétricas utilizadas no depósito multiuso do TRE/SC, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC:

Id.	Característica
1	Empilhadeira da Marca Palettrans, modelo PT1654, ano de fabricação 2015, elevação até 5,4 metros e bateria tracionária. Equipamento utilizado pela Seção de Administração de Urnas.
2	Empilhadeira da Marca Hangcha, modelo CDD12, ano de fabricação 2018, elevação até 3,5 metros e bateria tracionária. Equipamento utilizado pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Não há possibilidade de parcelamento, considerando que se trata de contratação de objeto único, qual seja, a manutenção preventiva e corretiva de empilhadeiras.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme o atendimento dos critérios de habilitação e preço estabelecidos no respectivo edital licitatório.

a) para a manutenção preventiva, o licitante deverá cotar o preço total trimestral para a manutenção dos dois equipamentos.

b) para a manutenção corretiva, o preço TOTAL será correspondente ao atendimento de 1 (um) chamado para a manutenção corretiva, com 1 (uma) hora de duração;

b.1) estima-se em 1 (um) o número de chamados por trimestre, para a manutenção corretiva.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) as peças de reposição das empilhadeiras serão custeadas pelo TRESP, com a prévia atestação pelo TRESP (setor responsável), antes da troca e após a apresentação do orçamento prévio, de que os preços das peças a serem trocadas estão dentro do preço de mercado.

2.11. Critérios de Habilitação

De acordo com o respectivo edital licitatório, no Item “DA HABILITAÇÃO”.

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12 Impacto Ambiental

Na execução dos serviços em que haja a substituição de óleo dos equipamentos, a contratada deverá observar o disposto no artigo 17 da Resolução do CONAMA n. 362/2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação.
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.13 Conformidade Técnica

Os serviços deverão ser executados conforme os manuais e orientações técnicas específica dos equipamentos, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.14 Obrigações da Proponente

Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais da prestação dos serviços antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente com a Seção de Administração de Urnas, telefone n. (48) 991.547.034, ou e-mail cel-sau@tre-sc.jus.br, bem como com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio, telefone n. (48) 3251-3753, ou e-mail ccm-sap@tre-sc.jus.br.

2.15 Obrigações da Contratante

- A) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- B) Promover, através de seus representantes, os servidores titulares da Seção de Administração de Urnas e da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seus substitutos ou, ainda, seus superiores imediatos, a fiscalização do respectivo Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.16 Obrigações da Contratada

- A) executar os serviços no prazo e demais condições estipuladas na proposta;
- B) Iniciar a realização dos serviços no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do respectivo contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESC;
 - B.1) os serviços deverão ser realizados trimestralmente, no período vespertino, entre às 13h e às 18h;
 - B.2) as datas para a realização dos serviços deverão ser agendadas no TRESC com a Seção de Administração de Urnas e com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio, por meio do telefone (48) 991.547.034 ou pelos e-mails cel-sau@tre-sc.jus.br e ccm-sap@tre-sc.jus.br, das 13h às 18h, respectivamente;
- C) executar os serviços no depósito multiuso do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado – Palhoça/SC, nos ambientes da Seção de Administração de Urnas e da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- D) prestar manutenção corretiva durante ou após a manutenção preventiva, ou a qualquer tempo (emergencial – quando for constatada pelos usuário operadores das empilhadeiras), qualquer anormalidade durante a sua operação;
 - D.1) no caso de solicitação de manutenção corretiva emergencial, essa se dará por telefone ou e-mail, com antecedência mínima, para que o atendimento se realize em até 04 (quatro) horas;
- E) executar os serviços conforme os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção;
- F) encaminhar pessoal técnico habilitado para realizar as manutenções necessárias com segurança e eficiência, conforme as especificações de utilização e legislação pertinente;
- G) cuidar para que seus funcionários, que prestarem serviços nas dependências do TRESC, zelem pelo patrimônio público, bem como mantenham respeito para com os servidores e visitantes;
- H) zelar pela segurança, conservação e funcionamento das empilhadeiras;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- I) cumprir as normas internas das unidades pertencentes ao TRESC ou a ele cedidas ou locadas;
- J) apresentar o(s) profissional(is) devidamente uniformizados e portando crachá de identificação funcional;
- K) não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- L) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e
- M) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

a) A execução dos serviços compreende basicamente a manutenção preventiva e corretiva dos componentes conforme descritos a seguir:

Lubrificar todas as peças móveis; lubrificar os rolamentos dos roletes que suportam a bateria, lubrificação das correntes de elevação com spray para correntes; lubrificar as pistas de rolamento dos perfis da torre de elevação; engraxar os rolamentos das polias das correntes e das mangueiras; engraxar a engrenagem e pinhão do motor de direção elétrica/redutor da tração; examinar o redutor da tração quanto a vazamentos; examinar o redutor da tração quanto a vazamentos; examinar vazamentos nos cilindros hidráulicos; examinar vazamentos no porta garfos; examinar vazamentos em todas as conexões hidráulicas; examinar estado geral das mangueiras; examinar torque de aperto dos parafusos da roda de tração; examinar o desgaste da roda de tração e de carga, assim como danos no revestimento; ajustar a folga do freio eletromagnético; ajustar as sapatas de freio nas rodas de carga; verificar nível de óleo do reservatório hidráulico; limpar o filtro de retorno do óleo e substituir, se necessário; examinar o desligamento do motor-bomba ao fim do avanço e ao fim do recuo da torre de elevação; examinar todos os conectores elétricos; examinar o estado de conservação dos cabos de bateria; ajustar a tensão das correntes de elevação; examinar desgastes nos perfis da torre de elevação e dos braços do chassi; examinar visualmente todos os quadros da torre de elevação quanto a fissuras; verificar folgas de rolamento nos perfis da torre; verificar a ponta do garfo quanto a desníveis; verificar folgas entre roletes da torre entre os quadros externo e médio, e entre quadros médio e interno; verificar o nível de água das baterias; verificar os bornes das baterias quanto à oxidação; verificar existência de fissuras no chassi; examinar rolamentos dos roletes suporte da bateria; verificar ruídos nos rolamentos dos motores de tração, elevação e de direção e trocar o rolamento de giro do redutor da tração a cada 10000h, a serem realizadas periodicamente (trimestralmente), com vistas a mantê-las em perfeitas condições para utilização.

b) São considerados serviços de manutenção corretiva todos os procedimentos de troca de material/peça de reposição, tais como: troca do óleo, troca das pastilhas de freio, complementação do líquido das baterias, graxas, fluído lubrificantes, ou seja, todas as trocas necessárias apontadas no plano técnico do fabricante, e também aquelas peças que porventura sejam necessárias efetuar a troca por desgaste natural ou avaria.

c) A manutenção corretiva deverá ser prestada após o recebimento, pela empresa, da solicitação feita pela fiscalização do contrato, não havendo limites quanto ao número de chamadas. As solicitações poderão ser realizadas por telefone, correio eletrônico ou aplicativo de mensagens



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

instantâneas para dispositivos móveis.

c.1) se durante rotina de manutenção preventiva for constatado defeito a ser sanado por meio de manutenção corretiva, tal ocorrência deverá ser suficientemente registrada no respectivo relatório de manutenção preventiva e imediatamente informada aos responsáveis pela fiscalização do contrato.

c.2) Os seguintes prazos para atendimento, a contar da solicitação, deverão ser observados:

a) Atendimento NORMAL: prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento do chamado;

b) Atendimento EMERGENCIAL: prazo máximo de até 04 (quatro) horas, para o atendimento, no caso da empilhadeira sem condições de uso (inoperantes).

c.3) a manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição e/ou reparação, segundo critérios técnicos, de componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação da empilhadeira em condições normais de funcionamento, utilizando peças novas e genuínas, com atenção às especificações técnicas do equipamento.

c.4) para a substituição de peças, deverá ser apresentado orçamento prévio para apreciação, no prazo máximo de 12h a contar da identificação do defeito, salvo nos casos em que ficar comprovada a urgência na troca daquelas, ocasião em que poderá ser dispensado o orçamento pelo TRES.

c.5) após a aprovação do orçamento prévio e a devida autorização, o serviço deverá ser executado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando o conserto for considerado urgente, ou de até 05 (cinco) dias, nos demais casos.

c.6) a substituição das peças somente poderá se dar após atestada a exequibilidade do preço, mediante pesquisa de mercado a ser realizada pela unidade competente do TRES, salvo se esta considerar urgente o serviço. Quando comprovado ser excessivo o preço apresentado no orçamento prévio, ficará o TRES autorizado a adquirir as peças de terceiros.

d) As ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços e/ou reparos serão fornecidos pela CONTRATADA.

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2 Códigos SIASG

19402	Manutenção empilhadeira, paleteira
-------	------------------------------------

(<https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet/public/pesquisarCatalogoServico.do?method=pesquisarServico>)

3.1.3 Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de setembro de 2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Florianópolis, em 23 de agosto de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico. Não será possível transferir a outrem o objeto contratado, no todo ou em parte, sem a prévia anuência do TRESC. Durante a execução do contrato devem ser mantidas também todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Será atribuição dos gestores da contratação as aberturas de chamados junto à CONTRATADA, bem como seu acompanhamento, nos canais de atendimento disponíveis e fornecidos pela Empresa.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento do contrato à parte contratada; a publicação do Contrato no *site* do TRESC; a informação à unidade demandante, dos Gestores da Contratação e demais partes interessadas

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Descrito no subitem 2.16 – Obrigações da Contratada

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa declarada vencedora do certame.

1.4. Prazos de Garantia

Os serviços realizados, componentes e peças terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento definitivo.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos pelos Chefes da Seção de Administração de Urnas e da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas:

- Equipamento da marca Palettrans, manter contato junto à Seção de Administração de Urnas SAU/CEL/STI/TRESC, preferencialmente, através do e-mail cel-sau@tre-sc.jus.br, ou pelo telefone (48) 991.547.034; e
- Equipamento da marca Hangcha, contatar a Seção de Almoxarifado e Patrimônio SAP/CCM/SÃO/TRESC, preferencialmente através do email ccm-sap@tre-sc.jus.br, ou pelo telefone (48) 3251-3753.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6.Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993

1.7.Pagamento

O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor contratado total ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

1.8.Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9.Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10.Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11.Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal;

Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor trimestral estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado trimestral pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor dos serviços em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do serviço.